PARECER N.º /2020

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI N.º 44/2020

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO

RELATOR: VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 44/2020 é de iniciativa do Prefeito de Unaí e tem a finalidade de requerer autorização legislativa para abertura de crédito adicional suplementar, por anulação, ao orçamento vigente.

A intenção do Nobre Autor é abrir crédito adicional suplementar ao orçamento em vigor, no montante de R\$ 114.311,11, destinado à reforma das instalações e Aquisições de Material de Consumo para o Centro de Controle de Zoonoses, nos termos da Indicação n.º 1 da Reprogramação da Emenda Parlamentar Impositiva n.º 13 à Lei Orçamentária de 2020 – LOA/2020 (Lei n.º 3.288, de 30/12/2019).

Recebido e publicado no quadro de avisos em 4 de agosto de 2020, o Projeto de Lei sob comento foi distribuído a esta Comissão, que, nos termos do disposto no artigo 211, §7º, do Regimento Interno, designou-me como relator da matéria para emitir parecer conclusivo de mérito.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “a”, da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:
(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:
a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e crédito adicional, e contas públicas;
(...)

Preliminarmente, cabe esclarecer que, conforme disciplinado no artigo 84, inciso XXIII, combinado com os artigos 165 e 166, §§ e incisos respectivos da Constituição Federal de 1988, a iniciativa das leis que tenham a finalidade de abrirem créditos, autorizarem, criarem ou aumentarem a despesa pública é de competência exclusiva do Poder Executivo.

A esse respeito os estudiosos J. Teixeira Machado Jr e Heraldo da Costa Reis¹ citam:

[...] toda vez que ficar constatada a inexistência ou a insuficiência orçamentária para atender a determinada despesa, o Executivo terá a iniciativa das leis que autorizem os créditos adicionais, especiais e suplementares e, posteriormente à sua aprovação pelo Legislativo, efetivará sua abertura por decreto.

Consoante mencionado no sucinto relatório, a intenção do chefe do Poder Executivo é obter autorização legislativa para abrir crédito adicional suplementar ao orçamento corrente, no valor de R\$ 114.311,11, com vistas a atender à Indicação n.º 1 da Reprogramação da Emenda Parlamentar Impositiva n.º 13 à LOA/2020.

Analisando a referida indicação, percebe-se que a reprogramação deveria se dar somente de forma parcial, no valor de R\$ 90.000,00, pois os R\$ 24.311,11, destinados para aquisição de material de consumo para o Centro de Controle de Zoonoses, pertencem à mesma dotação da emenda de origem. Assim sendo, com fulcro no artigo 147 do Regimento Interno desta Casa, propõe-se a emenda anexa corrigindo o erro identificado.

Os créditos adicionais suplementares, conforme disciplinado no artigo 41 da Lei n.º 4.320/1964, são destinados a reforço de dotação orçamentária. Para a abertura do referido crédito, consoante imposição inserta no artigo 43 da Lei n.º 4.320/1964, faz-se necessária a indicação de um recurso disponível para cobrir a despesa que se pretende executar, bem como de exposição justificativa.

¹ A lei n.º 4.320/64 comentada por J. Teixeira Machado Jr e Heraldo da Costa Reis. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2002 /2003. p. 111.

Os principais recursos disponíveis para abertura de créditos suplementares estão descritos no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei n.º 4.320/1964 e no parágrafo 8º do artigo 166 da CF/88, quais sejam:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (grifou-se)**
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las; e
- VI - os recursos que ficarem sem despesas correspondentes, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual.

Conforme inserido no parágrafo 1º do artigo 1º do projeto em tela, o Sr. Prefeito indicou como recurso disponível para abertura do crédito adicional suplementar a anulação da dotação constante do Anexo II deste Projeto. Nesse ponto, cumpre pontificar que essa dotação pertence à Emenda Parlamentar Impositiva n.º 13 à LOA/2020, que teve sua execução prejudicada, pelo fato de ter sido constatado pelo Poder Executivo impedimento técnico, o qual já foi objeto de análise por esta Casa, quando analisou a Mensagem relacionada ao impedimento dessa emenda.

Quanto à exposição justificativa, esta consta no parágrafo 2º do artigo 1º do projeto sob comento, o qual dispõe que o presente crédito “destina-se à reforma das instalações e Aquisições de Material de Consumo para Centro de Controle de Zoonoses, nos termos da Indicação n.º 1 da Reprogramação da Emenda Parlamentar Impositiva n.º 13 ao orçamento do exercício de 2020”.

Quanto aos aspectos de ordem orçamentária e financeira, entende-se que a matéria em destaque não causará qualquer impacto ao orçamento municipal, haja vista que não ocorrerá aumento de despesa. O que ocorrerá será a criação de uma nova despesa que será compensada com a anulação de outra dotação que já estava prevista na Lei Orçamentária Anual.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 44/2020, acrescido da

emenda anexa.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 6 de agosto de 2020.

VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES
Relator Designado

EMENDA N.º AO PROJETO N.º 44/2020

Art. 1º O *caput* do artigo 1º do Projeto de Lei n.º 44/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por anulação, ao orçamento vigente, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para atender à reprogramação discriminada no Anexo I desta Lei, em conformidade com o disposto no inciso III do parágrafo 7º do artigo 162 da Lei Orgânica.” (NR)

Art. 2º O parágrafo segundo do artigo 1º do Projeto de Lei n.º 44/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º O presente crédito adicional suplementar, por anulação, destina-se à Reforma das Instalações do Centro de Controle de Zoonoses, nos termos da Indicação n.º 1 da Emenda Parlamentar n.º 13 ao orçamento do exercício de 2020” (NR)

Art. 3º Suprime-se a linha da ficha 456 do Anexo I do Projeto de Lei n.º 44/2020, atualizando-se o valor da linha Total, que passará para R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Art. 4º Altera-se o valor da linha Total do Anexo II do Projeto de Lei n.º 44/2020 de R\$ 114.311,11 (cento e quatorze mil trezentos e onze reais e onze centavos) para R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 6 de agosto de 2020.

VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES
Relator Designado